

# GRAMSCI E A REVOLUÇÃO FRANCESA\*

André Tosel \*\*

*A leitura jacobino-bolchevique que Furet opõe à do próprio Marx baseia-se no esquema por demais geral exposto no famoso prefácio de 1859 a Introdução à Crítica da Economia Política*

## Leitura jacobino-bolchevique

A atual historiografia francesa sobre a Revolução está amplamente condicionada pelos estudos de François Furet. Estes estudos desmantelaram a chamada leitura jacobino-bolchevique, desenvolvida de diversas maneiras por A. Mathiez, G. Lefebvre, A. Soboul e, mais recentemente, por C. Mazauric.

A complexa argumentação de F. Furet, sintetizada em sua obra *Penser la Révolution* (Paris, Gallimard Folio, 1978)<sup>(1)</sup>, pode ser resumida em quatro pontos:

a) a leitura jacobino-bolchevique que Furet opõe à do próprio Marx baseia-se no esquema por demais geral exposto no famoso prefácio de 1859 a *Introdução à Crítica da Economia Política*, aponta de modo demasiado genérico a contradição existente na relação entre produção e forças produtivas, que não pode dar

conta da especificidade do processo revolucionário francês: “Nem a conceitualização marxista através do modo de produção, nem uma interpretação da luta de classe retomada pelos protagonistas dos acontecimentos são compatíveis com uma periodização curta da Revolução Francesa que vai de 1789 a 1799, ou mesmo de 1789 a 1794” (op. cit., pg. 188);

b) mais precisamente, esta leitura evidencia o resultado do processo de longa duração naquilo que resta de incômodo na ruptura e não pode compreender a onda longa do processo precedente no qual o centralismo monárquico tinha determinado de forma contraditória a autodissolução das estruturas feudais e a crise das elites. Tropeça, ainda, na formação da Nação porque ignora a interação determinante das contradições do Estado absolutista. Sobre este ponto Toqueville tinha razão;

c) paradoxalmente, o argumento central desta leitura é também seu ponto fraco: a crise revolucionária, como tal, somente se explica quando relacionada à compreensão que alguns autores privilegiados, os jacobinos, tinham eles próprios documentado. Nesse momento ignora-se a lição do próprio Marx, que criticou a ilusão jacobina como ilusão política por excelência. Eis porque o Terror é superestimado. Bem longe de ser o coroamento dramático de uma revolução política incapaz de se transformar em revolução social, o Terror nada mais foi do que uma

aberração, “a derrapagem da revolução”, produzida pela ilusão moralista, própria da ideologia jacobina. “A ideologia jacobina e terrorista funciona como uma instância autônoma independente das circunstâncias políticas e militares, como uma jogada mais indefinida, tanto que a política se travestiu em moral e o princípio da realidade desapareceu” (op. cit. pg. 206);

d) a leitura jacobino-bolchevique deve ser desmistificada como leitura solidária, como uma filosofia da história, como justificativa recorrente do mito da Revolução social imposta pela Revolução Russa de 1917. Reduz-se a um “anúncio que não esgota nenhum acontecimento a não ser aquele da sua germinação na revolução social de 1917”. Contestando o seu próprio mito sem compreendê-lo, esta leitura celebra a nossa modernidade política em vez de proceder a uma crítica. Esta deve fazer compreender que a idéia da revolução como “mudança radical e início de uma nova era” fez o seu tempo. O mito gerador de uma origem absoluta da vontade geral, na verdade exclui uma teoria da representação. Uma crítica dos mecanismos da democracia representativa deve estar separada de

\* Tradução de Giovanni Menegoz da revista *Marxismo Oggi* (Milão, nº 1, 1993).

\*\* Professor de Filosofia da Universidade de Lyon, França.

1 François Furet - *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.



*Qualquer que seja a tradição jacobino-bolchevique francesa, F. Furet, sempre pronto a denunciar o catecismo marxista, parece ignorar que com Gramsci o marxismo produziu uma leitura da Revolução Francesa que integra, antecipado-as, algumas destas críticas, mantendo, porém, em aberto um âmbito elástico entre modernidade democrática e revolução.*

sua relação com uma identidade imaginária. O problema é ter claro quem representa o povo e a capacidade de ocupar esta posição simbólica que define a vitória” (*op. cit.*, pg. 84-92).

A historiografia de Furet abandona o mito da revolução burguesa e nos reconduz a uma análise laica das contradições de uma democracia que constitui o único presente político possível. “A revolução é um imaginário coletivo do poder, que rompe sua continuidade e origina o percurso para a democracia pura, somente para assegurar, em outro nível, a tradição absolutista. É o processo através do qual a sociedade francesa reconstitui, ao mesmo tempo, sua legitimidade política e seu poder administrativo” (*op. cit.*, pg. 128).

#### Elaboração teórico-estratégica

Qualquer que seja a tradição jacobino-bolchevique francesa, F. Furet, sempre pronto a denunciar o catecismo marxista, parece ignorar que com Gramsci o marxismo produziu uma leitura da Revolução Francesa que integra, antecipado-as, algumas destas críticas, mantendo, porém, em aberto um âmbito elástico entre modernidade democrática e revolução.

Os *Quaderni del carcere* oferecem um tipo de reconstrução exaustiva da Revolução Francesa que po-

deria ser extraída de uma elaboração teórico-estratégica e que se expressa na tese de um metajacobinismo. Quando Furet denuncia justamente o uso dogmático do famoso prefácio de Marx (1859) e o hiato entre a teoria geral da contradição e a análise dos processos específicos, A. Gramsci interpreta o mesmo prefácio demonstrando que ele contém princípios, os do materialismo histórico, que asseguram um contato com a especificidade do processo revolucionário. O prefácio enuncia a impossibilidade de fixar a priori os limites de desenvolvimento das forças produtivas e deduzir uma crise revolucionária de uma crise econômica. Estes princípios devem ser entendidos como “princípios fundamentais de ciência política após sua depuração de todo resíduo mecanicista e fatalista” (A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, Edição crítica de V. Gerratana, Einaudi, Torino 1975, pg. 1774). “Pode-se excluir que crises econômicas repentinas produzam, por si mesmas, acontecimentos fundamentais; elas só podem criar um terreno mais favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar e resolver os problemas que envolvem todo o desenvolvimento ulterior da vida econômica” (*op. cit.*, pg. 1588). O texto de Marx somente afirma que a contradição fundamental abre um “tempo das revoluções”, ou seja, a possibilidade da formação de um “bloco histórico”, unidade da estrutura e das supraestruturas. Os dois princípios de Marx - o princípio objetivo da contradição entre relações de produção e forças produtivas, o princípio subjetivo da maturação das condições ideológico-políticas de solução da contradição - encontram sua mediação dialética na fórmula da “revolução permanente” (*Quaderni*, pg. 1582). As relações econômicas estruturais não podem cessar totalmente de se formar se não se produz em seus limites de compatibilidade um terreno supraestrutural diferenciado. Esta formação significa a metabolização da estrutura em relações econômico-corporativas e relações ético-políticas, em “sociedade

civil” e “sociedade política”. Uma força histórica dominante não pode assegurar seu poder a não ser qualificando-se como força dirigente, desenvolvendo uma forma de vida universal, integrando e assimilando a ela as massas subalternas, as quais, num certo sentido, apreendem uma espécie de linguagem comum. Munida do conceito de “bloco histórico” e da dimensão da hegemonia, a análise pode jogar, às vezes, com o registro dos fenômenos orgânicos (estruturas) e daqueles dos fenômenos de conjuntura. Pode-se mostrar que o que evidencia a teoria geral/abstrata do modo de produção investe-se e realiza-se na teoria concreta/particular das formações nacionais e de suas conjunturas. Periodização de longo prazo, “o tempo das revoluções”, e a especificidade de uma crise podem, então, entrelaçar-se sem se sobrepor. Se a periodização de longo prazo refere-se aos movimentos orgânicos da estrutura, esta somente aparece e se realiza nos fenômenos de conjuntura que podem durar dezenas de anos para gerar uma crise. Este é o caso francês. “Esta duração excepcional significa que contradições insanáveis se revelaram na estrutura e que forças políticas operantes positivamente para a conservação e a defesa desta estrutura ainda se esforçam para, dentro de certos limites, saná-las e superá-las” (*Quaderni*, pg. 1580). São estes esforços incessantes que “formam o terreno do ocasional sobre o qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar (demonstração que em última análise se realiza e é ‘verdadeira’ se se torna nova realidade, se estas forças antagônicas triunfam...) que já existem condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente; (devem, porque qualquer falta ao dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara maiores catástrofes)”, (*ibidem*). Desse modo, poder-se-ia também mostrar o estreito paralelismo que Gramsci promove entre análise do processo de constituição da hegemonia burguesa



*A revolução burguesa é processo e época. Fenômeno de construção hegemônica de longo prazo, adquire tantas especificidades quantas são as variantes nacional-populares. O caso francês é o de uma hegemonia forte, conseguido em período de guerra de movimento; é o "jacobinismo de conteúdo".*

"jacobina" e teoria lógico-política das relações de força que definem a hegemonia em geral. A leitura da conjuntura francesa da crise revolucionária e a análise estrutural da hegemonia se fazem através da mesma métrica: posição da estrutura, formação do nível econômico-corporativo na sociedade civil, passagem (catarse) do nível econômico-corporativo ao nível ético-político, formação do Estado, com o "fazer-se Estado" da nova classe dirigente, construindo, deste modo, a "sociedade política" capaz de "adequar" completamente a estrutura e a "sociedade civil".

### Revolução permanente

Bloco histórico, fenômeno orgânico e fenômeno da conjuntura, relação de forças econômico-corporativas e ético-políticas, hegemonia, estas são as categorias que Gramsci perfila para explicar num sentido antieconomicista e antideterminista o *Prefácio de 1859*. "Estes critérios metodológicos podem adquirir visível e didaticamente todo o seu significado se aplicados ao exame de fatos históricos concretos. Poder-se-ia fazê-lo de maneira proveitosa para os acontecimentos que se deram na França de 1789 a 1870" (*Quaderni*, pg. 1581). A crise revolucionária, como crise permanente, dura um século. Gramsci faz, então, referência a historiadores e teóricos, analisando-os e destacando

de seus trabalhos as relações com as formas nacional-populares das crises que marcaram a Europa e, sobretudo, as relações com aquilo que lhe interessa, o Risorgimento italiano. A teoria do bloco histórico pluraliza-se em análises dos processos diferenciados de crise reproduzindo as formações nacional-populares.

A especificidade francesa reside no jacobinismo como forma de "guerra de movimento". "Se é verdade que os jacobinos 'forçaram a mão' no processo revolucionário, também é verdade que isso sempre aconteceu no sentido do desenvolvimento histórico real, não só porque organizaram um governo burguês, isto é, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais, criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna" (*Quaderni*, pg. 2029).

A revolução burguesa é processo e época. Fenômeno de construção hegemônica de longo prazo, adquire tantas especificidades quantas são as variantes nacional-populares. O caso francês é o de uma hegemonia forte, conseguida em período de guerra de movimento; é o "jacobinismo de conteúdo".

Gramsci pode assim elaborar, (juntamente com Otto Bauer, entre os marxistas), o quadro teórico que permite pensar contemporaneamente teoria do modo de produção, fenômeno nacional e revolução. A questão social não é externa ao processo social, porque a nação é a forma que constrói a revolução permanente para assegurar a hegemonia da nova classe dirigente.

O Risorgimento italiano surgiria, comparado ao "jacobinismo de conteúdo", como um contraponto negativo: incapacidade das classes dominantes de direção efetiva, integrando as massas camponesas, ausência de uma reforma intelectual e moral de massa na formação de uma vontade coletiva, atestada pela manutenção da questão romana e pelo transformismo político. Diante do

processo francês de "revolução permanente" (com suas ondas revolucionárias sempre mais alongadas), o Risorgimento, sob a direção do Partito d'Azione, caracteriza-se como "revolução/restauração, como revolução passiva", caracterização que, contudo, não contradiz os princípios de Marx. Trata-se da "absorção gradual mas contínua, obtida através de métodos os mais variados do ponto de vista da eficácia, dos elementos ativos saídos de grupos aliados, mas também adversários, e que pareciam inimigos inconciliáveis. Neste sentido, a direção política tem se tornado um aspecto da função de dominação, e a absorção das elites dos grupos inimigos conduz à decapitação destes grupos e à sua aniquilação por um período às vezes muito longo. 'Revolução sem terror, revolução sem revolução'" (*Quaderni*, pg. 2011).

Assim, portanto, "o período das revoluções" pode se apresentar segundo duas modalidades: "revolução permanente" ("o jacobinismo de conteúdo", hegemonia forte, nação francesa sólida, onde a dominação é consentida), "a revolução passiva" (carência de hegemonia, nação italiana com o Estado fetichizado como meio de coerção, mas na realidade fraco porque não consentido nem legitimado).

### Revolução passiva

Mas Gramsci não é tão simplista. O período da revolução não é somente coexistência geográfica de versões nacionais diversas, das quais uma seria o modelo (jacobinismo) da outra (Risorgimento). De forma mais aprofundada, é preciso compreender estas versões como formas que se enriqueceram no tempo segundo uma certa descontinuidade. Com efeito, na França, antes de 1870, tem início outro período: a classe burguesa dirigente passa a se confrontar com o aparecimento de uma nova classe subalterna, candidata à direção. Então, a solução italiana, até aqui julgada carente quanto à hegemonia, revela potencialidades hegemônicas não esperadas. A Revolução de 1917,



*A revolução passiva coincide com a categoria de guerra de posição e esta define o tempo longo no curso do qual a brecha de 1917 é como que reabsorvida e digerida. A hegemonia civil autêntica identifica-se com a dupla revolução passiva/ guerra de posição.*

que pode ser considerada como uma forma de guerra (proletária) de movimento, encontra-se bloqueada no Ocidente. O capitalismo europeu conduz a guerra de posição e a revolução passiva aparece como forma obrigatória para a reprodução da hegemonia. Toda a teoria reformula-se: a revolução passiva após 1917 e o fim da onda do trauma revolucionário na Europa não expressa mais uma variante nacional-popular não-jacobina. Ela é forma do processo revolucionário burguês, que se tornou contra-revolucionário, destinado a prevenir a construção hegemônica (jacobina) da nova classe das massas subalternas. A revolução passiva é a guerra de posição trazida ao Ocidente pelas classes dirigentes para impedir o avanço da hegemonia dos subalternos, para adiar ao infinito o seu virtual "jacobinismo de conteúdo". "O conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política enunciados por Marx" (*Quaderni*, pg. 1774)<sup>2</sup>. Ele define o exercício normal da hegemonia sobre o terreno clássico do regime parlamentar como combinação da força e do consenso, equilibrados entre si em graus diversos... "critérios interpretativos na ausência de outros elementos ativos de modo dominante" (*Quaderni*, pg. 1827).

A revolução passiva coincide com a categoria de guerra de posição e esta define o tempo longo no curso do qual a brecha de 1917 é como que reabsorvida e digerida. A hegemonia

civil autêntica identifica-se com a dupla revolução passiva/ guerra de posição. "A estrutura compacta das democracias modernas, seja como organizações estatais ou complexo de associações da vida civil, constitui para a arte da política 'trincheiras', fortificações permanentes do fronte na guerra de posição, elas tornam somente 'parcial' o elemento do movimento que antes era 'toda' a guerra" (*Quaderni*, pg. 1566-1567).

### Metajacobinismo

O tempo das revoluções, portanto, não terminou e o jacobinismo não pode ser reduzido a uma simples ideologia política necessária como mitologia fundadora do que se tornou a banalidade de nossa modernidade política. O nosso tempo é precisamente aquele de uma revolução que se tornou passiva na qual a virtualização do momento jacobino é um desafio decisivo. As massas modernas, em situação de guerra de posição, não devem repetir o jacobinismo próprio de guerra de movimento. Elas devem herdar do "jacobinismo de conteúdo" uma tradução concreta numa situação de revolução passiva. É preciso, portanto, inventar um metajacobinismo inédito, antítese da hegemonia burguesa, característica da guerra de posição, um metajacobinismo com função de anti-revolução passiva.

Desta forma, Gramsci pode, ao mesmo tempo, criticar algumas formas e limites do jacobinismo histórico que fizeram dele esta ilusão especificamente política, denunciada por Marx (e posteriormente por Furet) como ideologia do político. Esta ilusão reside na convicção de um poder político demiúrgico. Ela leva a ocupar o lugar da vontade da Nação e compromete a dialética da exclusão dos adversários com a ideia de que estes são inimigos da Nação e do Povo. Ela conduz ao sectarismo fanático e à confusão quanto às condições da luta e às exigências da época. Gramsci também diz que este tipo de jacobinismo tornou-se o sintoma do afastamento "das condições

de lugar e de tempo" e transforma o partido revolucionário em uma "larva, palavras vazias e inertes" (*Quaderni*, pg. 1642 e 2017).

Mas a crítica do voluntarismo que destrói o princípio de realidade não seria a última palavra. Gramsci, com efeito, reavalia nos *Quaderni* a ideologia e a ação jacobina como idôneos ao papel hegemônico, não hesitando, assim, em fazer seu caminho de volta sobre seu antijacobinismo radical de juventude. A constituição de uma força econômico-corporativa com capacidade de direção ético-política, capaz de assimilar grandes massas e formas de vida universalizáveis, de elaborar uma espécie de linguagem comum e de constituir estruturas de comunicação parcialmente soldadas entre si pelo sacrifício de interesses corporativos (para garantir o interesse fundamental): esta é a tarefa que coloca a modernidade irreversível do jacobinismo, o qual criou uma concepção de mundo que repousa na proporção de uma subjetividade democrática de massa. "Os jacobinos usavam uma certa linguagem, eram defensores convictos de uma determinada ideologia; no tempo e nas circunstâncias dadas, aquela linguagem e aquela ideologia eram ultra-realistas porque permitiam pôr em movimento as energias políticas necessárias aos fins da revolução e a permanente consolidação da ascensão ao poder da classe revolucionária" (*Quaderni*, pg. 1642).

Se a revolução burguesa se conclui aparentemente como permanência na inatividade das forças antagonicas, ela continua virtualmente também como desafio para que estas forças constituam seu potencial de antítese em capacidade ético-política. Coloca-se a questão da formação de uma vontade coletiva e, com ela, a

2 A ser confrontado com os *Quaderni*, pg. 1582, onde está a fórmula da revolução permanente que sintetiza a mediação dialética destes mesmos dois princípios de Marx. Da revolução permanente à revolução passiva, os princípios de Marx são aptos a sofrer duas mediações, não propriamente contraditórias quanto complementares e diferenciadas.



da assimilação das diversas componentes sócio-históricas. A revolução passiva não pode ser definida sem uma relação com o seu outro, o momento jacobino. Portanto, está ainda aberto o processo de geração das supraestruturas a partir das estruturas, a passagem “onde as ideologias tornam-se partido, angariam o confronto, entram em luta até que só esta possa prevalecer, impor-se, e difundir-se por todo o corpo social, unidade intelectual e moral, colocando em discussão todos os problemas em torno dos quais a luta se faz paixão, não sobre o plano corporativo mas naquele universal”. Quando Marx reduz a vontade política à ideologia e faz aparecer o materialismo da sociedade civil sob o idealismo do Estado, Gramsci distingue “ilusão do momento ético-político das ‘relações de força’”: deixa aberta a questão do determinado conteúdo que deve ter o metajacobinismo, capaz de enfrentar a revolução passiva, purificando-se de seu próprio sectarismo. Esta purificação só pode ser encontrada na

capacidade de uma nova “representação”. Representação das necessidades, presentes e futuras, e “não somente aquelas de determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais a serem assimilados ao grupo fundamental existente” (*Quaderni*, pg. 2028).

É nestes termos que Gramsci ligava a problemática da revolução no Ocidente à construção do partido revolucionário, moderno príncipe, atestando mais uma vez a relação que une, no mesmo realismo revolucionário, jacobinismo e Maquiavel. “O Príncipe Moderno deveria ser um partido consagrado ao jacobinismo (no sentido integral que esta noção teve historicamente e deveria ter conceitualmente) como exemplificação do modo através do qual uma vontade coletiva se formou e operou concretamente, que, sob determinados aspectos, foi criação *ex novo*, original, “vontade como consciência operante de necessidade histórica, protagonista de um drama histórico real e efetivo”.

Se o jacobinismo pudesse ser dotado das capacidades deste Príncipe, se o metajacobinismo de Gramsci abre uma problemática, isso atesta, ao contrário, a força da revolução passiva e mostra que está em aberto a determinação do novo conteúdo deste jacobinismo, que deveria ser em certo sentido antijacobino, para melhor ser libertação das capacidades de “antítese”.

Atribuindo a idéia de revolução a uma mitologia fundadora da democracia reduzida aos seus paradoxos insuperáveis, Furet atribui, deste modo, ao conceito de revolução passiva à forma teórica, passiva, que esta revolução exige em seu avanço rumo ao desaparecimento. A “desmontagem” da revolução francesa em termos de um imaginário coletivo, funcional à banalidade democrática, não é talvez a forma sob a qual a revolução passiva exige que seja tematizada desde o seu próprio ponto de vista, chegando à negação de sua realidade e à dissimulação de seu conceito?